

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

FABIENE CRISTINA ALEXANDRE DE CARVALHO

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS.**

Belo Horizonte
2019

FABIENE CRISTINA ALEXANDRE DE CARVALHO

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Ms./ Dr. Antônio Artur
de Souza.

Belo Horizonte
2019



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do Senhor(a) **Fabiene Cristina Alexandre de Carvalho**, REGISTRO N° 2017758480. No dia 08/05/2019 às 18:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) e Presidente da Comissão, **Antônio Artur de Souza**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao(a) aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

() APROVADO

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA - PRAZO MÁXIMO DE 7 (SETE) DIAS

() NÃO APROVADO

85 pontos (oito e cinco) trabalhos com nota maior ou igual a 60 serão considerados aprovados.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) aluno(a) pelo(a) orientador(a) e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 08/05/2019.

Prof. Antônio Artur de Souza
(Orientador(a))

Prof(a). Daniele Oliveira Xavier

Prof(a). Eliane Apolinário Vieira Avelar



**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal**

MODIFICAÇÃO EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Modificações exigidas no TCC do(a) aluno(a) **Fabiene Cristina Alexandre de Carvalho**, número de matrícula **2017758480**.

Modificações solicitadas:

*Renomear os quadros. Revisar as normas ABNT.
Trazer as informações da revisão dos resultados para
conclusão.*

O prazo para entrega do TCC contemplando as alterações determinadas pela comissão é de no máximo 7 dias, sendo o(a) orientador(a) responsável pela correção final.

Prof(a) Orientador(a)

Assinatura do(a) aluno(a):

Atesto que as alterações exigidas Foram Cumpridas
 Não foram cumpridas

Belo Horizonte, 15 de maio de 2019

Professor Orientador

Assinatura

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e por ser a razão de todo o empenho e dedicação que aflora dentro mim, e pela compreensão em meus momentos de ausência.

Ao meu companheiro que me fortalece em cada situação de dificuldade, e além disso, com paciência, me ajudou nesse trabalho, tornando-o mais leve e com objetivos ao nosso desenvolvimento de parceria em todos os sentidos da vida.

Aos colegas que mesmo distante, se propuseram a realizar o melhor de si nesse contexto diverso com múltiplos saberes que se intensificam, na medida de cada superação de tarefas.

Aos tutores, professores e orientador que criaram momentos de discussão e nos tiraram do lugar na incessante busca pelo conhecimento e na integração com o fazer melhor a cada dia.

À UFMG, pela excelência no ensino que nos proporcionou.

Ao programa de Pós-Graduação em Administração Pública Municipal que ofereceu essa oportunidade única de especialização, baseada no aperfeiçoamento profissional com a finalidade de contribuir na transformação das gestões administrativas em benefício de toda a sociedade.

À Direção da Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira que disponibilizou documentos e a realização da aplicação de questionários aos alunos, e também aos alunos do 7º ano que tiveram satisfação em participar dessa pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho visa discutir sobre a importância da participação popular na construção de políticas públicas efetivadoras dos direitos, e principalmente, se essas políticas públicas atendem aos anseios sociais e se perfazem de eficiência. A referência para essa investigação sobre a democracia direta participativa foi o modelo de Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente do município de Belo Horizonte (OPCA/BH), objeto de estudo e tema dessa análise, visando a identificar as principais ações que colocaram em funcionamento os processos deliberativos dessa experiência. Foi utilizada uma metodologia mista, com método quantitativo e qualitativo. Numa primeira abordagem qualitativa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com o estudo de artigos e livros publicados, posteriormente foram utilizados questionários sobre a aplicação do OPCA/BH, na E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira, sendo o modelo entregue aos 29 (vinte e nove) alunos de uma sala do 7º ano. E finalmente, foram analisados documentos disponibilizados pela direção da escola e também os acessíveis na internet. Após a análise dos dados, foi constatado que o OPCA/BH é a oportunidade de se alavancar a democracia participativa de Belo Horizonte, pois a criança e o adolescente recebem a formação e o incentivo para o exercício da cidadania, em sua escola, com o objetivo de melhorar as condições de seu ambiente escolar, tomando decisões sobre a alocação de recursos públicos em prol de uma coletividade. Em observação ao modelo proposto, foram detectadas falhas na implementação do OPCA/BH, pois alguns pontos abordados pelos alunos, apresentam um resultado que não alcançou totalmente a satisfação do público envolvido, e por isso merece um aprofundamento no estudo para a busca de alternativas que efetivem a eficiência e possibilitem as mudanças que se coadunam com a proposta participativa desse instrumento.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Participação Popular. Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT

This present paper aims at discussing the importance of popular participation in the construction of public policies that enforce the rights, and especially, if these public policies meet the social desires and if they are effective. The reference for this research on direct participatory democracy was the draft of the Participative Budget of Children and Adolescents of Belo Horizonte (OPCA / BH), which is the object of this study and theme of this analysis , in order to identify the main actions that put in operation the deliberative processes of this experience. A mixed methodology was used, with quantitative and qualitative methods. Initially, at a qualitative approach, the bibliographical research was used, with the study of articles and published books, later questionnaires on the application of OPCA / BH were used in the Municipal School Acadêmico Vivaldi Moreira, the draft was delivered to 29 (twenty-nine) students of 7th grade. Finally, the documents made available by the school board were analysed and also those available on the internet. After analyzing the data, it was verified that the OPCA / BH is the opportunity to leverage participatory democracy in Belo Horizonte, since the child and the adolescent receive the formation and the incentive for the exercise of citizenship, in their school, with the objective of improving the conditions of their school environment, making decisions about the allocation of public resources for the benefit of a community. By observing the proposed model, failures were detected in the implementation of the OPCA / BH, because some points, addressed by the students, present an outcome that did not fully reach the satisfaction of the public involved, therefore, it deserves a study to search for alternatives that are actually effective and that make possible the changes that are in line with the proposal of this instrument.

Keywords: Public Policies. Popular Participation. Participative Budget of Children and Adolescents.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: Representação dos passos do OPCA.

Quadro 02: Representação das Demandas do OPCA 2015.

Quadro 03: Procedimentos e Ações.

Quadro 04: Nomes dos eleitos.

Quadro 05: Respostas da questão que solicitou sugestão para melhoria da implementação do OPCA na escola.

Gráfico 01: Análise sobre os resultados da implementação do OPCA na EMAVM e sobre a importância da participação dos estudantes.

Gráfico 02: Análise sobre a divulgação do projeto do OPCA realizado na EMAVM.

Tabela 01: Porcentagem da resposta direta a questão se conhece ou não conhece as informações sobre o processo do OPCA.

Tabela 2: Porcentagem a resposta direta a questão “ considera importante participar do OPCA ou não.

Tabela 3: Porcentagem da resposta direta a questão “ o OPCA alcançou ou não o resultado desejado.

Tabela 4: Porcentagem da resposta sobre a divulgação do OPCA na instituição escolar.

Tabela 5: Porcentagem da questão que solicitou sugestão para a melhoria da implementação do OPCA na escola.

Imagem 01: Relação de documentos que a direção escolar disponibilizou para a pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMFORÇA –	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do OP
E.M.A.V.M –	Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira
OIDP –	Observatório Internacional da Democracia Participativa
OP/BH –	Orçamento Participativo de Belo Horizonte
OP – Criança –	Orçamento Participativo da Criança
OP Digital –	Orçamento Participativo Digital
OPCA –	Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente
PBH -	Prefeitura de Municipal Belo Horizonte

SUMÁRIO

1 Introdução.....	11
1.2 Conceito de Política Pública.....	14
2 Origem da participação popular no Brasil.....	15
2.1 Orçamento Participativo em Belo Horizonte.....	20
2.1.2 Orçamento Participativo da Criança e do adolescente em Belo Horizonte.....	23
3 Metodologia.....	27
4 Análise de Resultados.....	29
5 Conclusão.....	38
Referências.....	
Anexo.....	
Apêndice.....	

1 Introdução

O presente trabalho tem a proposta de discutir sobre a influência e a importância da participação popular no processo de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas efetivadoras dos direitos fundamentais do cidadão, em especial, na cidade de Belo Horizonte, e como foco do trabalho, a análise sobre um dos instrumentos de participação popular instituído, em 2014, o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (OPCA). Além disso, avaliar o impacto das políticas públicas que são implementadas através desse instrumento, demonstrando como a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) promoveu esse modelo de governo com a parceria da sociedade civil.

É relevante realizar um breve relato sobre a trajetória histórica da participação do cidadão no contexto das decisões políticas no Brasil, até chegar no modelo do Orçamento Participativo, destacando o trabalho desenvolvido em Belo Horizonte. O OPCA/BH é um instrumento que vai além do objetivo formal dos OP's que é possibilitar a participação do cidadão, pois esse modelo coloca os adolescentes e as crianças para refletirem sobre sua própria realidade, tendo a oportunidade de tomar decisão a respeito de como investir os recursos financeiros públicos disponibilizados para a escola em que fazem parte.

Busca-se esclarecer a origem do OPCA, o seu impacto na comunidade escolar e se a participação dos estudantes é efetiva e define as prioridades para o investimento dos recursos disponibilizados pelo governo da PBH. É importante analisar também, sobre o controle dos gestores das instituições sobre a participação desses alunos.

As políticas públicas devem ser elaboradas com objetivos de suprir as necessidades humanas, portanto nesse contexto de Estado social democrático de Direito, torna-se necessária a prática de se pensar e construir políticas no cotidiano participativo, conforme a concepção de desenvolvimento humano em busca das metas preconizadas na Constituição Federal de 1988, sendo assim, o OPCA oportuniza essa formação para a cidadania, com perspectivas de criar uma cultura participativa nesse público infanto-juvenil.

Os direitos sociais, considerados fundamentais, estão previstos no próprio preâmbulo da nossa Constituição Federal de 1988, vejamos:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a se-

guinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dentro do texto constitucional, os direitos sociais estão enumerados no art. 6º: “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, assistência aos desamparados”. Esses direitos possuem a força de constituir uma sociedade mais justa e igualitária, trazendo eficácia a todos os outros direitos e liberdades existentes, por isso a relevância da participação das pessoas na idealização das políticas públicas, dessa forma valorizando uma cultura para o bem estar de todos.

Essa investigação justifica-se pelo interesse de esclarecer o contexto da implantação do OPCA/BH, por ser uma experiência baseada em outros modelos de instrumentos participativos instituídos em Belo Horizonte, tendo como objetivo central a formação do futuro cidadão que se envolverá politicamente na solução dos problemas de sua cidade, observando os resultados e sendo capaz de interferir nas tomadas de decisão.

A metodologia utilizada nessa pesquisa é a mista, com abordagem qualitativa e quantitativa que se justifica pela complementaridade uma com a outra, enquanto a primeira confere o estudo em referenciais bibliográficos como artigos publicados, livros e documentos, a segunda possibilita um estudo estatístico com o objetivo de completar o resultado através das respostas dos questionários semi-estruturados realizados com alunos da EMAVM.

O município de Belo Horizonte é referência nacional e internacional na criação de instrumentos que viabilizam a participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas, e como exemplo de uma experiência que se mostra eficiente, e faz parte de inúmeras pesquisas, temos o Modelo do Orçamento Participativo Digital (OP Digital), uma versão virtual dessa ferramenta, que busca a maior integração entre governo, mandatário da vontade popular e sociedade civil, parte legítima do poder do Estado. O estudo realizado por Figueiredo (2010, p. 84) fundamenta sobre a importância de se criar novos espaços de discussão entre Estado e sociedade civil, e afirma que “ a formação de novos espaços públicos para discussão e deliberação deve ser incentivada, para a construção de uma Administração mais ampla e transparente, que busque atender às demandas da população”.

Conforme o trabalho de Figueiredo (2010, p. 84), a PBH apresenta um resultado positivo sobre a implementação de mais um modelo de orçamento participativo, o OP Digital, citando algumas falhas que depende do interesse político para solucioná-las, e como aspecto positivo Figueiredo (2010) apresenta:

Esta inovação resulta em números surpreendentes. Em seu primeiro ano de aplicação, a

metodologia do OP Digital conseguiu mobilizar 10% do eleitorado de Belo Horizonte para escolher onde deveriam ser investidos os recursos públicos que somavam o montante de R\$ 20.250.000,00. Partindo do pressuposto de que a participação em Belo Horizonte nos orçamentos participativos regionais se situou em 2% no mesmo período, a capacidade de mobilização da internet torna-se evidente. (FIGUEIREDO, 2010, p. 84)

Belo Horizonte tem realizado essa proposta de governo de criar e ampliar as possibilidades de participação do cidadão e trouxe mais um modelo, o OPCA que além de criar essa oportunidade de participação na gestão de recursos públicos, tem como objetivo principal a formação cultural de valores para a cidadania, numa fase de grande importância no desenvolvimento do ser humano, que é a infância e a adolescência.

O Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente é uma inovação na dinâmica democrática do município de Belo Horizonte, com apenas cinco anos de implantação, nesse sentido, essa pesquisa contribui com a reflexão sobre a realidade da implementação do OPCA, com o objetivo de fortalecer essa proposta e despertar sobre a sua importância numa comunidade específica que se situa, na regional Norte de Belo Horizonte, numa escola que faz parte do trabalho dessa pesquisadora, E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira que também foi construída pelo Orçamento Participativo da cidade.

O problema que leva a essa pesquisa é: O OPCA garante a efetiva formação e participação dos estudantes no processo de construção e gestão de políticas públicas eficientes em suas escolas?

Mediante a essa questão o objetivo geral é analisar e compreender o processo de implementação do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente do município de Belo Horizonte, e ainda, se esse modelo de ação garante a efetiva formação e participação dos alunos na gestão dos recursos públicos.

Como objetivos específicos é importante descrever uma breve trajetória histórica que represente o processo de democratização do Brasil e demonstre como a sociedade brasileira iniciou sua participação na gestão pública, abordando sobre a importância da interlocução da sociedade civil com a administração pública na solução dos problemas. Além disso, identificar o modelo idealizador que foi o Orçamento Participativo da cidade de Belo Horizonte, tendo como foco da pesquisa o “Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente” (OPCA). E por fim, analisar os resultados e impactos perante a sociedade envolvida nesse processo de construção de política pública.

Além desta introdução, este trabalho possui mais quatro seções. A seguir foi realizada

uma revisão do referencial teórico, subdividida em tópicos, sendo que o primeiro aborda o conceito de Políticas Públicas, o segundo demonstra a trajetória da participação popular no Brasil, com o enfoque no modelo do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, até o terceiro que é o objeto principal desse estudo, o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente. A seguir foi caracterizada a Metodologia utilizada na pesquisa. Na quarta seção, foram analisados os dados obtidos pela pesquisa e experiência. Na quinta seção, por derradeiro, foram apresentadas as Considerações Finais.

2. Referencial teórico: Conceito de Políticas Públicas

As Políticas Públicas são a exteriorização das decisões governamentais que buscam a solução de algum problema que é de interesse público, nesse contexto de decisões podemos elencar alguns exemplos como um plano, uma meta, uma ação específica de iniciativa dos governos nacional, estadual ou municipal. A discussão em torno das Políticas Públicas é crescente no âmbito da administração pública, por se tratar das principais ações que influenciam diretamente na vida da sociedade, como uma construção de uma ponte, ou melhores condições na educação pública.

Millon (2010, p.69), de forma simples apresenta um conceito sobre Políticas Públicas: “É possível dizer que políticas públicas são mecanismos de efetivação de direitos, pelos governantes, que o fazem na busca de melhor atender ao interesse público ou no enfrentamento de um problema social”. E assim, conclui-se que toda política pública deve atender em suas ações e decisões um fim específico que vise o bem comum. No entendimento de Millon (2010), as políticas públicas são ações do governo que devido à sua grande importância, deve haver um planejamento estratégico para a implementação, em observação ao interesse público.

Secchi (2012), define política pública como uma diretriz para a resolução de um problema público. E ainda, afirma que toda conceitualização sobre Política Pública é arbitrária, já que vários fatores podem influenciar em sua diretriz estruturante ou operacional de elaboração. Secchi (2012) relata que as Políticas Públicas não são de exclusividade dos atores estatais e quando esses atores estatais elaboram uma Política Pública, essa pode ser classificada como política governamental, que é uma subclasse de Política Pública.

Em contraponto Ruas (2014), explica que o Estado é a única exceção de um sistema organizacional com poder regulatório que ultrapassa seus próprios limites e se estende sobre a

sociedade, sendo chamado de “poder extroverso”. Esse poder não está relacionado às entidades privadas, que mesmo que ajam com o objetivo público, com a participação da sociedade, suas ações não podem ser consideradas Políticas Públicas.

Como também, Ruas (2014, p. 18), explica que embora as Políticas Públicas possam incidir sob interesse de organizações privadas (família, religião, mercado), elas não são consideradas privadas, pois dependem do poder governamental que se manifesta através dos agentes políticos, com base no poder imperativo do Estado.

É importante esclarecer também que nem toda decisão política é uma Política Pública, segundo Ruas (2014, p. 18), o que diferencia uma da outra é o objetivo que se pretende alcançar. Por exemplo, a instituição do imposto, CPMF, é uma decisão política, mas não se caracteriza como Política Pública, já as decisões que abordam sobre a Reforma Agrária se caracterizam como Políticas Públicas, porque são elaboradas para solução de um problema social específico, um interesse público.

Podemos citar dois exemplos de Ruas (2014, p. 19) que explicam com objetividade o que é uma Política Pública e sua finalidade, e, o que é uma atividade privada com interesse público:

O Movimento pela Cidadania contra a Fome e a Miséria, o famoso “movimento do Betinho”, que deu ajuda a muitas famílias carentes era uma ação privada, ainda que tivesse interesse público. Já o Programa Bolsa Família é parte de uma política pública de combate à fome e à miséria. Embora os objetivos dos dois sejam equivalentes e vários dos que atuaram no primeiro hoje atuem como gestores do segundo, a diferença entre eles é que o Programa Bolsa Família baseia-se em decisões e ações revestidas do poder extroverso e da autoridade soberana do Estado e, por isso, consiste em uma política pública e não em uma ação privada de interesse público. (RUAS, 2014, p.19)

O posicionamento de Ruas (2014), esclarece diferenças essenciais e cria um conceito objetivo sobre a definição de política pública. Em suma, Política Pública é a própria corporificação do Estado que através de seus programas e ações visam atender as demandas da sociedade, com o objetivo de buscar solução para os problemas vigentes. Por isso, é muito importante que existam também, profissionais que possuam habilidades técnicas para implementar o trabalho de elaboração e implementação de uma política pública em busca de eficiência e que retrate o desejo da sociedade e por conseguinte, diminua as desigualdades sociais.

2.1 A Origem da Participação popular no Brasil

E para fundamentar esse trabalho, foram realizadas pesquisas com os temas que se relacionam com a importância da participação popular na gestão pública em geral, e também,

pesquisas que abordaram a respeito da criação do Orçamento Participativo em âmbito municipal, em especial em Belo Horizonte, destacando um modelo específico que se implementou em 2014, o OPCA. O estudo analítico de algumas obras possibilitou resgatar o processo histórico que levou ao modelo de implementação do OPCA, em Belo Horizonte.

Para a construção de um entendimento sobre a trajetória histórica a respeito da participação popular na construção de políticas públicas, Albuquerque (2006) apresenta um livro que dialoga com as diferenças entre países do cone sul. Nesse livro, a autora buscou esclarecer como se procedeu a participação popular da sociedade civil de cinco países, na construção das políticas que garantissem os direitos sociais. E aqui, cabe destacar o estudo a respeito dos fatos ocorridos no Brasil.

Albuquerque (2006, p.09) apresenta uma história que mostra a origem de nossa cultura de subserviência, que prega uma certa aversão ao conflito, devido ao longo tempo da escravidão no Brasil, e as relações criadas nessa trajetória que tanto influenciaram e influenciam no perfil de nossa sociedade.

Ao contrário de outros países, as relações escravocratas no Brasil propiciaram uma convivência ao mesmo tempo “familiar” e cruel entre senhores e escravos que compartilhavam o mesmo espaço doméstico, gerando a cultura do chamado compadrio, do favor e da subserviência. Os filhos do senhor com as escravas ou os seus protegidos aprenderam que a docilidade era uma via de ascensão social – que é assim entendida como favor e não como direito. Daí se desenvolve uma espécie de “cordialidade” que marca a cultura brasileira com uma certa aversão ao conflito. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 09)

Houve o cuidado de se apresentar nessa obra, a trajetória histórica do Brasil, para demonstrar a origem da participação popular, desde a época da colonização pelos portugueses, da instituição da República, do regime de ditadura, e das transformações na sociedade, devido ao acelerado processo de urbanização e industrialização no país. Cabe destacar um ponto importante que a autora relata e que muito interfere nessa política existente:

A organização sindical, fortemente controlada pelo Estado, torna-se base de políticas de proteção social corporativas, gerando o que temos chamado uma “cidadania regulada” pois os direitos trabalhistas e sociais são reconhecidos apenas a uma parcela muito restrita dos trabalhadores formais. No Brasil, uma imensa maioria de trabalhadores informais urbanos e rurais permaneceu sempre à margem destas garantias. (ALBUQUERQUE, 2006, p.10)

A resistência e a luta popular contra o sistema ditatorial no Brasil, geraram movimentos por reformas que persistem até hoje, como exemplo a reforma agrária, urbana, educação etc. O surgimento de novas formas de organização na sociedade brasileira traz ao cenário político o questionamento do autoritarismo, colocando em pauta as reivindicações de direitos, e dentro desses, o importante direito de participar da definição de políticas que possibilitem a

garantia de todos os outros direitos.

Albuquerque (2006, p. 11), retrata o surgimento de uma nova sociedade civil democrática, no Brasil, aonde aconteceu a articulação dos movimentos populares que contribuíram para a sistematização das reivindicações populares que se converteram em propostas de políticas públicas que porventura se transformaram em novo ordenamento jurídico constitucional, com a universalização dos direitos de uma forma que nunca houvera no país.

A natureza participativa deste processo de elaboração de políticas públicas, bem como a necessidade de enfrentar a tradicional impermeabilidade, autoritarismo e centralismo do Estado brasileiro, marcaram as propostas elaboradas com exigências de descentralização e de criação de instrumentos de participação e controle social sobre estas políticas, nos âmbitos federal, estadual e municipal. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 11)

Albuquerque (2006) descreveu a trajetória da formação do Estado Brasileiro até a atualidade, e ressaltou que as mudanças referentes à atuação da sociedade civil em propostas de políticas públicas aconteceram dentro de um processo de Movimentos Sociais. E ainda, faz uma reflexão sobre esse modelo instituído no país, que se conquistou mediante a mobilização da sociedade, mas com aspectos que se denotam como retrocessos importantes, pois os índices de desigualdade social e da violência aumentam.

Rosa e Santos (2005), apresenta uma discussão sobre a questão da participação popular, enquanto fomentadora de políticas públicas, em especial na cidade de Belo Horizonte, avaliando o impacto desse modelo de elaboração de políticas públicas, numa perspectiva de verificar se há a efetivação da inversão de prioridades dessas políticas.

Para realizar essa discussão, Rosa e Santos (2005, p. 02) resgataram o conceito de “ondas de democratização”, e explicaram que: “este conceito envolve a ideia de que os países se redemocratizaram em ondas, ou seja, a democratização de um gerou a democratização de outros em cadeia”. As autoras explicaram o processo de democratização e redemocratização a nível mundial, assim fizeram um breve relato histórico sobre os períodos de mudanças mundiais.

Dessa forma, houve três ondas no decorrer do século XX, que se manifestaram com fatos mundiais como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e por fim, a queda do muro de Berlim. Segundo Rosa e Santos (2005, p. 02), “O Brasil viveu a sua primeira experiência democrática também no pós Segunda Guerra”. Mas foi no início da década de 1980 que a participação popular começou a ser adotada como lema político.

Conforme Rosa e Santos (2005), foi apenas depois de algumas eleições municipais

após o advento da Constituição Federal de 1988, que a sociedade brasileira e os movimentos sociais passaram a interferir diretamente nas políticas públicas de governo.

Em Belo Horizonte, as mudanças para a democracia popular se iniciaram a partir de 1993, “com princípios da ‘res’ pública, no qual a sociedade organizada participa ativamente das decisões que viabilizam a inversão de prioridades no município”.

As autoras buscaram avaliar a importância da implantação do Orçamento Participativo e resgataram o processo de construção da participação popular em Belo Horizonte. O projeto democrático-popular assumiu um compromisso e a partir de 1993, o desenvolvimento desse modelo de gestão em Belo Horizonte, se fortaleceu frente à pluralidade e diversidade da sociedade moderna. E conforme o que demonstrou Rosa e Santos (2005, p. 4):

Belo Horizonte, cidade de 2,5 milhões de habitantes, vem sendo governada desde 1993 por uma coalisão de forças políticas que reúne partidos compromissados com a defesa da democracia e da justiça social, militantes sociais e lideranças da sociedade civil. A cidade sustenta o projeto de administração democrático-popular eleito pela 4ª vez consecutiva em 2004 que tem entre suas prioridades a participação popular e a implantação e ampliação de políticas públicas que se apresentam como uma alternativa para o enfrentamento dos graves problemas sociais que o país atravessa. (ROSA e SANTOS, 2005, p. 4)

Esse modelo de gestão, segundo Rosa e Santos (2005), foi considerado como eixo norteador da administração moderna, em Belo Horizonte, e mesmo com as mudanças de governo, essa concepção de participação popular continuou com instrumentos inovadores, o que se diferencia das vertentes políticas de outros municípios que se mostram instáveis em seus governos.

As pesquisas pautaram-se em coletar informações que subsidiassem o pensamento crítico sobre a proposta de efetivar a real participação da sociedade civil no complexo mundo da administração pública, levando em consideração os interesses da população. A legislação constitucional é a base para se pensar em instrumentos de participação popular, pois a Constituição Federal de 1988 respalda a política que visa o interesse social e busca a justiça acima de tudo.

Em observação às obras das autoras citadas acima, verificam-se pontos nas pesquisas que representam fatos comuns e corroboram com o pensamento crítico sobre a construção do Estado Brasileiro e seus modelos de gestão pública e implementação de suas políticas. Os movimentos sociais são destacados, como um fator principal de transformação na cultura brasileira, criando possibilidades da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas.

Albuquerque (2006) e Rosa e Santos (2005) fizeram abordagens significativas que levam à reflexão sobre a importância da participação da sociedade civil no processo de gestão pública. Além disso, deram relevância à Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu texto a obrigação de se criar uma sociedade justa, inclusiva, igualitária, com princípios democráticos que visam o bem estar social.

O art.30 da Constituição Federal pátria, preceitua a competência dos Municípios que é legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar legislação federal e estadual no que couber, com o fito de retratar sempre as especificidades locais, aproximando-a assim dos seus destinatários.

Houve o aumento das competências dos Municípios acompanhado do reconhecimento, da necessidade de participação popular no planejamento das ações municipais, ao reconhecer às associações representativas da sociedade o direito de cooperarem com esse planejamento, sendo preceito fundamental a ser adotado em todas as Leis Orgânicas do país (art. 29, CR/88).

É notório que o município é o local aonde tudo acontece nas vidas dos cidadãos, e mediante a essa proximidade de grande relevância, se faz necessário o diálogo com a população para se encontrar soluções coerentes aos problemas sociais que são provenientes do cotidiano da sociedade. O campo mais propício para a efetivação da Participação popular é a Gestão Municipal.

Araújo (2012, p. 06), apresenta um estudo de caso sobre a trajetória de uma experiência participativa no âmbito de gestão municipal, aonde buscou analisar o Orçamento Participativo instituído em Belo Horizonte, com o intuito de identificar as mudanças introduzidas no OP e os impactos na participação. A pesquisa dessa autora concluiu o quanto é importante a participação do cidadão nos processos decisórios de alocação e distribuição de recursos municipais, promovendo assim, o aperfeiçoamento da democracia.

Mas o foco da pesquisa de Araújo (2012, p. 18) foi “analisar o impacto do controle governamental sobre a participação no Orçamento Participativo de Belo Horizonte”. Diante da percepção que a participação do cidadão nos processos decisórios da alocação e distribuição de recursos municipais é limitada e induzida pelo gestor público. A pesquisa dessa autora partiu do pressuposto de que a continuidade da participação popular é importante, e não basta criar instrumentos, o ideal é que o cidadão faça parte do planejamento.

A autora fez uma abordagem entre democracia representativa e participativa, com o

objetivo de diferenciar o nível de participação dos cidadãos. E ainda fez o estudo sobre as transformações no âmbito municipal com referência ao modelo de democracia elaborado na sociedade.

Nessa análise histórica, a autora definiu que o OP:

[...] é considerado um arranjo institucional inovador de participação popular, por meio do qual o cidadão participa diretamente do processo decisório das políticas públicas, visando a uma melhor distribuição dos recursos orçamentários em obras que beneficiem, principalmente, estratos sociais menos favorecidos, que vivem em bairros da periferia ou em áreas vulneráveis dentro da cidade”. (ARAÚJO, 2012, p.23)

Outro ponto semelhante nas pesquisas citadas, é o fato de abordarem que o ideal democrático de participação dos cidadãos no processo decisório da política pública é legitimado pelo texto constitucional de 1988 que promoveu a descentralização política, administrativa e financeira dos municípios. Como também, insere os cidadãos nesse processo de participação política. Uma inovação constitucional que para a autora, “fortaleceu os municípios e assegurou aos cidadãos a oportunidade de participar e de deliberar sobre a utilização de recursos alocados a políticas sociais”. ARAÚJO (2012, p. 24)

No entanto, Araújo (2012) fez uma observação importante, que o texto constitucional não foi suficiente para garantir a participação dos cidadãos, uma vez que depende da decisão do chefe do poder do executivo, e ainda, com aprovação da Câmara dos Vereadores para que essa participação se concretize, e por isso existem tantas diferenças nas gestões dos municípios, que através de seus representantes, instituem o modelo de democracia participativa que deseja.

2.2 O Orçamento Participativo em Belo Horizonte (MG)

O Orçamento Participativo antecede a Constituição Federal 1988, pois teve suas origens, segundo Figueiredo (2010), “em movimentos sociais nos meados da década de 1970, buscando melhores condições de vida em algumas cidades. Em sua pesquisa, Figueiredo (2010, p.52) demonstra que os movimentos sociais surgiram nas administrações do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nos municípios de Lages (SC), Pelotas (RS), Boa Esperança (ES) e Vila Velha (ES). Os debates travados, na época, ensejaram ações que iriam confrontar o regime militar, pois almejavam a participação dos cidadãos nos assuntos relacionados aos investimentos públicos, e foi dessa forma que o Orçamento Participativo foi pensado, através das inúmeras discussões em busca de um modelo democrático de gestão.

O Orçamento Participativo foi uma grande conquista para a sociedade brasileira que surgiu em primeiro momento, em Porto Alegre, em 1989, logo depois da promulgação da nova Constituição da República. E posteriormente, em Belo Horizonte, em 1994, que segundo Araújo (2012), essa conquista veio como parte de um processo histórico de democratização do Brasil, com lutas e movimentos sociais em busca de justiça e igualdade de direitos.

Figueiredo (2010, p. 46), definiu o Orçamento Participativo como:

O orçamento participativo consiste na consulta popular sobre determinações no que tange às receitas e às despesas que constarão na Lei Orçamentária Anual do exercício. Dessa forma, cria mecanismos para a atuação direta da população na direção tomada pela Administração Pública. Busca-se concretizar um ambiente de debate no qual os cidadãos têm voz ativa em decisões que, historicamente, restam nas mãos dos políticos.

Com a descentralização do poder, os municípios ganharam autonomia para arrecadar e aplicar os recursos financeiros, conforme o planejamento orçamentário próprio e no que tange a participação do cidadão na gestão desse orçamento, a Constituição apenas não a garante, pois depende da vontade política do gestor para implementar instrumentos que viabilizem ações democráticas participativas e quebrar com paradigma e ponto de vista arraigado que só o Estado possui capacidade técnica e legitimidade na confecção da peça orçamentária, segundo Figueiredo (2010).

No início da implementação do Orçamento Participativo, foi complicado, pois a população queria tudo ao mesmo tempo e criou muitas expectativas com relação às verbas públicas destinadas aos investimentos. Portanto, o Orçamento Participativo teve um caráter educativo, possibilitando discussões para uma consciência mais plena do exercício da gestão pública, em observação ao Orçamento Público. (FIGUEIREDO, 2010)

Em busca de gestão pública eficiente, muitos municípios criaram modelos políticos que proporcionaram a consolidação democrática da participação dos cidadãos na construção de políticas públicas, e Belo Horizonte foi engajado nessa perspectiva de encontrar juntamente com a sociedade um planejamento baseado na corresponsabilidade, aonde governo e cidadãos se responsabilizam pelo bem estar social.

Segundo Araújo (2012), mudanças significativas aconteceram com a vitória de Patrus Ananias para prefeito, em Belo Horizonte, que em seu mandato inovou a forma de governo, com a determinação de governar para todos, e assim, Araújo (2012, p. 23) descreveu: “essa determinação abriu espaço para o diálogo e para experiências participativas populares, o que resultou em diretivas mais democráticas de gestão pública municipal. O OP/BH foi a expres-

são dessa interação política entre governo e sociedade civil”.

Segundo informações fornecidas ao Observatório Internacional da Democracia Participativa, o município de Belo Horizonte lançou em 1993, o Orçamento Participativo que é um programa de gestão para a cidade, baseado na interação do governo com a sociedade civil, que assegura a participação das pessoas na definição de prioridades de investimentos, tendo como referência o Orçamento Público.

A trajetória do Orçamento Participativo durante esses anos se perfaz de inovações e mudanças com o objetivo de ampliar a democracia e afirmar o controle popular da Administração Pública. E nessa trajetória, foram institucionalizados quatro tipos de Orçamentos Participativos: OP Regional, OP Digital, OP Habitação e OP da Criança e do Adolescente, cada qual com seus planos e metas que se destacam na sociedade de Belo Horizonte.

A PBH já investiu, de forma democrática, mais de R\$ 2,4 bilhões nas quatro modalidades do Orçamento Participativo oferecidas. As obras e serviços públicos que fizeram parte do OP/BH ampliaram escolas, centros de saúde, centros culturais, áreas de lazer, moradias, obras de infraestrutura, visando o desenvolvimento social, principalmente nas regiões de bairros periféricos, na tentativa de diminuir a desigualdade social.

Este trabalho possui como tema principal de análise, o modelo de gestão que utiliza a discussão pública do orçamento por meio da participação direta da criança e do adolescente para indicar as prioridades de gastos dos recursos públicos disponibilizados em suas instituições escolares. E ainda analisar os impactos provenientes desse modelo institucionalizado, o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente, cabendo avaliar se nesse contexto, o objetivo dessa proposta é alcançado, se há a indução por parte da gestão sobre a tomada de decisão a respeito das escolhas de prioridades, e se essas escolhas são devidamente atendidas e surtem o resultado desejado.

2.2.1 Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente: Experiência de Belo Horizonte (MG).

Diante de tantos problemas que permeiam as Administrações Públicas no Brasil, como a corrupção, os desvios de verbas e aplicação de recursos públicos de forma inadequada, torna-se mais do que necessário e urgente o envolvimento da sociedade na tomada de decisão a respeito da utilização dos recursos públicos. É de extrema importância a valorização das expe-

riências governamentais que criaram instrumentos de participação direta das pessoas, e corroboram com a dinâmica democrática de elaboração e implementação de políticas públicas que atendam os reais interesses da sociedade.

Essas iniciativas de implantação de instrumentos de participação popular são provenientes das cidades que se transformaram em seus sistemas políticos, conforme as mudanças advindas dos movimentos sociais, da urbanização, da industrialização e dos anseios por melhores condições de vida, como a cidade de São Paulo que, em 2003, inovou seus procedimentos em Orçamento Participativo, criando o Orçamento Participativo Criança (OP-criança). GOMES e outros (2004, p. 11).

Segundo Gomes (2004), o OP-Criança é filho do Fórum Social Mundial, como estratégia de construção de “outro mundo possível”. Um mundo que inclui as crianças e adolescentes nos processos de construção e decisão a respeito de políticas públicas, através de um mecanismo que possui princípios da Democracia participativa, aonde a proximidade entre as pessoas na busca de soluções para os problemas sociais é o eixo que coloca em movimento as ações.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de acordo com Gomes (2004) buscou fortalecer o protagonismo infanto-juvenil, a Reorientação Curricular e a gestão democrática da escola, e deu voz e oportunidade às crianças e adolescentes dentro do espaço escolar para participar das discussões e decisões, sendo necessárias parcerias com a Coordenadoria do Orçamento Participativo da cidade de São Paulo e com o Instituto Paulo Freire.

As referências que fundamentaram a criação desse instrumento de participação da criança e do adolescente foram os princípios da democracia tão instigados pelos anseios populares, como também o Estatuto da Criança e do Adolescente que legitimou a criança e o adolescente, Lei nº 8.069/90, como sujeitos de direitos.

Como fundamento primordial para a construção do OP- Criança, Gomes (2004) cita a teoria de Paulo Freire, que é parâmetro de todos os projetos pedagógicos e políticas públicas educacionais democráticas. Vejamos: “É impossível ensinar participação sem participação”. Freire (1997:88). *Apud.* Gomes, (2004, p. 37). E ainda:

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito a atuar. (FREIRE, 1997:88. *APUD.* GOMES, 2004, p. 37)

Em 2014, que se iniciou o programa do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (OPCA), em Belo Horizonte, uma recente experiência que vem surtindo efeitos positivos na comunidade envolvida, como um mecanismo de participação democrática que acompanhou as diretrizes e princípios do Orçamento Participativo da cidade, que tem sido uma das marcas das administrações de Belo Horizonte, desde a década de 1990. Vejamos uma das razões da implantação do OPCA na Prefeitura de Belo Horizonte, segundo informações contidas no OIDP, 2016, pag. 02:

Hoje, contamos com 614 instâncias de participação instituídas, mas percebe-se um envelhecimento dos participantes sem que haja o envolvimento de lideranças jovens. É no sentido de despertar o interesse de crianças e adolescentes quanto à importância de participação nas questões coletivas que este projeto Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente se desenvolve. Estudantes vivenciando experiências que possibilitem a prática e interesse coletivo, quando adultos, estarão mais suscetíveis a se envolver nos espaços de participação social e nas decisões coletivas o que contribuiria para a renovação da participação no Orçamento Participativo e nas diversas instâncias de participação. A experiência foi desenvolvida em 2014 em 16 Escolas, envolvendo 10.498 alunos.

A primeira experiência foi desenvolvida em 2014 em 16 Escolas, envolvendo 10.498 alunos e ampliada para mais 27 escolas em 2015, envolvendo 17.657 alunos com investimento de 860 mil reais, sendo 20 mil reais por escola, com envolvimento nesse projeto dos estudantes do Ensino Fundamental das escolas da Rede Municipal, na faixa etária entre 6 e 15 anos. É importante destacar que estas escolas estão situadas em áreas de grande vulnerabilidade social. A rede municipal de ensino fundamental do diurno atende a 115.368 alunos em 173 escolas, contando com 10.739 professores. O Projeto já atendeu a 25% das escolas da rede e o objetivo é implantar o OPCA em toda a rede municipal. (OIDP, 2016, p. 02)

O objetivo fundamental dessa proposta do OPCA/BH, é de estimular a participação coletiva do público infanto-juvenil e a formação para a cidadania desde a infância e a adolescência, assim, os alunos definem as ações prioritárias em suas escolas, conforme os recursos disponibilizados pela prefeitura para a realização dessa proposta. Veja o que foi exposto na Cartilha do OPCA:

O objetivo do OPCA é formar nas crianças e adolescentes a cultura da participação a partir da promoção de momentos de negociação, com tomada de decisão, eleição de representantes e definição de prioridades, respeitando os interesses coletivos da escola, de acordo com o recurso público disponibilizado. Não há dúvida de que essas vivências contribuem para a formação de cidadãos dispostos a se envolverem nas questões coletivas da cidade. (OIDP, 2016, p. 02)

O modelo institucionalizado OPCA seguiu os mesmos parâmetros do Orçamento Participativo da cidade, com detalhes e etapas comuns, o programa foi dividido em 10 passos e

isso inclui discussões presenciais e votação digital. Como o público envolvido são crianças e adolescentes da faixa etária dos 6 aos 15 anos, foi necessária a adequação das tarefas para o entendimento da proposta.

Conforme as informações obtidas pela OIDP e também pela Cartilha do OPCA publicada, a implementação do OPCA/BH foi dividida em 10 passos que são as etapas do processo que seguem na tabela abaixo:

Quadro 01: REPRESENTAÇÃO DOS 10 PASSOS DO OPCA

PASSOS	PROCEDIMENTOS	DESCRIÇÃO
1	APRESENTAÇÃO NA ESCOLA	Capacitação dos Estudantes e apresentação das regras.
2	APRESENTAÇÃO DAS DEMANDAS E ELEIÇÃO DOS DELEGADOS.	Escolhe uma dupla (menino e menina) que se responsabilizará pela organização da seleção de demandas e, posteriormente, a votação das demandas.
3	TRIAGEM DAS DEMANDAS	As demandas são analisadas pelo grupo de referência das escolas, juntamente com os delegados, após é feito um levantamento dos custos em observação às regras.
4	PREPARAÇÃO PARA A PRÓXIMA RODADA	As escolas confeccionam materiais para a votação das demandas no fórum de seleção. Depois preparam um mural para a divulgação das demandas que receberam parecer favorável, e os delegados preparam o material de divulgação. E os candidatos à Comforça Escolar apresentam sua proposta de atuação.
5	PROPAGANDA DAS DEMANDAS	Nesse momento, os estudantes fazem campanhas sobre suas demandas e também para os candidatos à Comforça Escolar.
6	FÓRUM DE SELEÇÃO DAS DEMANDAS	Todos os estudantes participam e selecionam até 10 demandas e quatro duplas de candidatos à Comforça Escolar, por turno.
7	VOTAÇÃO DIGITAL NO SITE DO OPCA	Cada estudante vota em três demandas e numa dupla de seu turno à Comforça Escolar, no laboratório de informática. As demandas mais votadas serão atendidas até o trâmite dos recursos.
8	ENCONTRO ESCOLAR	Delegados eleitos, Comforça Escolar, professores, equipe do OPCA e coordenadores avaliam o processo e registram sugestões para melhoria.
9	ENCONTRO INTRAESCOLAR	A Comforça Escolar eleita das 16 escolas se encontra para avaliação do processo e organiza o plano de ação do OPCA.
10	ENCONTRO MUNICIPAL DAS AÇÕES DO OPCA	Encontro das Comforças Escolares mais os representantes das escolas e os demais representantes do projeto com o prefeito.

Fonte: Cartilha do OPCA (tabela adaptada pela autora)

Como pode se observar nas etapas demonstradas acima, a concepção do OPCA/BH é baseada na responsabilidade dos alunos de participar com seus registros e discussões sobre as demandas. Os delegados eleitos e a Comforça Escolar recebem o apoio dos professores, organizam toda a memória do processo, o preenchimento de formulários, atas, elaboração do Murral de Participação, campanhas, avaliação do processo, portfólio, enfim, todos esses procedimentos são ações que necessitam da participação dos estudantes.

De acordo com a documentação explicativa que a direção da EMAVM apresentou, a Comforça Escolar é uma comissão formada por 8 representantes de cada escola, quatro alunos de cada turno, divididos em dupla, que na medida do possível formada por um menino e uma menina. A Comforça Escolar tem a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as ações do processo de implementação e manter os alunos informados.

De forma geral, a avaliação realizada pelas escolas envolvidas nesse Projeto, indicou aspectos positivos e alguns pontos negativos para aperfeiçoamento, conforme Cartilha do OPCA:

[...] para a maioria dos representantes das escolas participantes, a possibilidade de os próprios estudantes decidirem suas prioridades, a votação digital e a oportunidade de discutirem coletivamente seus interesses entre turnos e ciclos foram aspectos positivos dessa experiência que podem ser verificados nas avaliações do processo pelas Comforças Escolares. (CARTILHA DO OPCA, p. 26).

A avaliação realizada pelas escolas também indicou os aspectos do OPCA que precisam ser aperfeiçoados. A ampliação do prazo para execução do OPCA nas escolas, o aumento do recurso e a expansão do OPCA na Rede Municipal foram os aspectos mais apontados, conforme apresentado no quadro a seguir:

Pelo exposto na Cartilha do OPCA e também na OIDP (2016), o sucesso do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente se conquistou com a apropriação da proposta pelas escolas envolvidas, pois dependeu do interesse de cada uma para aderir à forma de gestão que se mobiliza para o diálogo, aceitação e negociação das sugestões dos protagonistas que foram as crianças e os adolescentes.

3 Metodologia

Para a realização dessa pesquisa utilizou-se a abordagem metodológica mista, com métodos qualitativos e quantitativos, no primeiro caso, como abordagem que recorre às interpretações das realidades sociais, com objetivo de análise crítica das informações obtidas, de forma descritiva e levando em consideração conhecimentos já existentes, no segundo caso, na

abordagem quantitativa que recorre às estatísticas para a explicação dos dados e também experiências concluídas com o objeto de pesquisa em questão, conforme explicado por Kerbauy e Souza (2017).

Conforme Godoy (1995, p. 21), “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

Eduardo e Sousa (2018), em termos simples, explica que os dados quantitativos fornecem pontos gerais ao estudo realizado, e projeta fatos frios e duros, como números, sendo estruturados e estatísticos. Conforme Eduardo e Sousa (2018), os valores obtidos na pesquisa de forma quantitativa servem como dados para a conclusão, e a partir dessa análise, o embasamento se torna objetivo na tomada de decisões. Enfim, quando se realiza uma pesquisa de forma quali-quantitativa, uma metodologia completa a outra com suas fontes específicas, e os resultados podem ser mais coerentes com o que foi proposto no trabalho.

Nesse sentido, Kerbauy e Souza (2017), considera que numa pesquisa, a quantidade e a qualidade não estão dissociadas, no sentido que na quantidade a grandeza de um fenômeno se representa por números, e de outro modo precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem a relação a um referencial (teoria), não há significação em si. Dessa forma, Kerbauy e Souza (2017), defendem que as abordagens se completam e devem ser reconhecidas, em consideração aos variados propósitos que podem ser alcançados numa pesquisa mista.

A pesquisa possui a finalidade básica estratégica aonde se pretende concluir com um conceito, baseado num determinado conhecimento que pode ser utilizado nas ações de gestão administrativa. O método que se utilizou foi o hipotético-dedutivo, com o levantamento da hipótese que se trata da importância da participação popular efetiva na elaboração das políticas públicas, diante do problema que aborda sobre a qualidade dessa participação, no OPCA/PBH, como também se os resultados alcançados.

Os procedimentos para a coleta de dados dessa pesquisa foram os referenciais bibliográficos, os documentos que ficam arquivados na EMAVM e não são acessíveis à população, e só foram disponibilizados, porque houve a compreensão e autorização pela representante da escola, a diretora escolar, mas podem ser solicitados pela LAI, e ainda, o documento, Cartilha do OPCA que foi encontrado no link <https://www.oidp.net/docs/repo/doc119.pdf>. e também na própria escola.

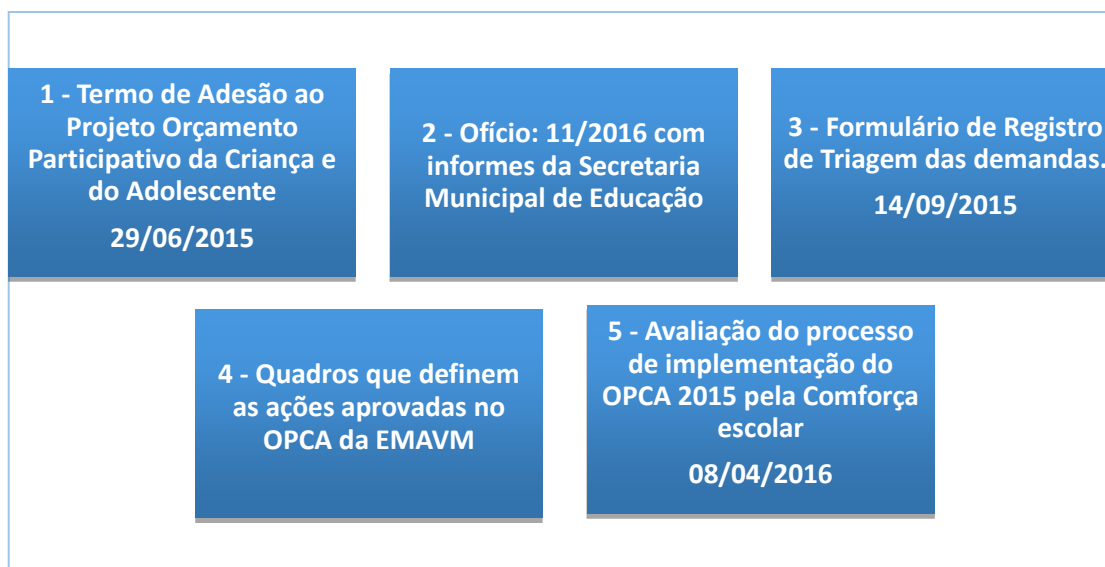
Por último, os questionários semi-estruturados que possuíram duas questões abertas e 6 questões fechadas e foram entregues por essa pesquisadora aos 29 alunos da faixa etária de 10 a 12 anos de idade. No dia 02/04/2019, foi entregue o questionário teste, e no dia 08/04/2019 foi entregue o questionário final, que tiveram como duração de realização, aproximadamente 35 minutos.

Dessa forma, os questionários abordaram questões importantes sobre o tema que é a aplicação do OPCA/BH, na E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira com o objetivo de buscar informações sobre a realidade dessa comunidade específica, conforme modelo específico, na categoria semi-estruturada.

Foi de grande importância a análise de documentos disponibilizados pela escola que expõem os procedimentos metodológicos do OPCA/BH, pois os documentos forneceram informações sobre o desenho institucional e operacional dessa experiência, como também sobre as regras para a participação, os recursos disponibilizados e a hierarquização de responsabilidades dos diferentes órgãos públicos.

Um documento muito importante para esta pesquisa foi a Cartilha do OPCA, registrada pela PBH, aonde se obtém informações sobre os resultados da implementação dos primeiros projetos. Os outros documentos foram fornecidos pela direção da EMAVM e se referem aos procedimentos realizados para a implementação do projeto na instituição, sendo que são acessíveis, mediante autorização da gestão, e assim são definidos:

IMAGEM 01: Documentos disponibilizados pela direção da EMAVM



Fonte: Documentos disponibilizados pela direção da EMAVM, imagem criada pela autora

Uma das vantagens de se utilizar documentos numa pesquisa é por ser uma fonte de informação natural, que de acordo com Godoy (1995), é que os documentos retratam e fornecem dados sobre um determinado contexto, sem perigo de alteração dos sujeitos envolvidos na pesquisa investigativa. E Silva e Fossá (2015), argumentam que a escolha dos documentos, consiste na definição do *corpus* de análise.

4 Análise de resultados:

Diante da pesquisa realizada, não há como não reconhecer que o Orçamento Participativo é um dos instrumentos que viabiliza a participação do cidadão nos processos deliberativos de distribuição dos recursos municipais em serviços e obras públicas, e tal assertiva foi veementemente demonstrada nas pesquisas de Araújo (2012) e Figueiredo (2010) que retrataram os modelos institucionalizados na cidade de Belo Horizonte como uma experiência de grande importância para o aperfeiçoamento da cidadania e democracia brasileira. Araújo (2012) e Figueiredo (2010) afirmaram que esses instrumentos são capazes de encontrar soluções para os inúmeros problemas sociais que impedem o equilíbrio na garantia dos direitos e a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Através do estudo histórico sobre a consolidação de instituições democráticas, no Brasil, percebe-se que a experiência demonstra um sistema econômico excludente, perverso e elitista, no qual sempre houve e ainda há uma classe dominante. E mediante tamanha proporção de desigualdades sociais consolidadas, fizeram-se necessárias as reformas sociais que não foram suficientes para diminuir esse problema que tanto assola o povo brasileiro. Albuquerque (2006, p.07) define essa característica:

O Brasil é um país marcado pela desigualdade e por uma cultura do privilégio e do favor que predomina sobre a consciência dos direitos. É nesse contexto que o empenho de setores democráticos da sociedade civil, especialmente os movimentos sociais vêm, desde as lutas contra a ditadura militar e pela conquista de uma Constituição Cidadã, em 1988, convergindo para a construção de políticas públicas inclusivas, que buscam garantir direitos universais e o direito da sociedade civil exercer um controle público sobre elas. (ALBUQUERQUE, 2006, p.07).

Os estudos realizados por Albuquerque (2006) e Rosa e Santos (2005) contribuíram para a conclusão dessa pesquisa, no sentido de que os instrumentos de participação popular originaram-se de um movimento histórico de lutas por mudanças em favor da democracia e da cidadania, o que trouxe diferentes experiências no âmbito da participação popular e na intera-

ção entre governo e sociedade civil. O Orçamento Participativo é uma experiência que trouxe essa oportunidade de aproximação entre governantes e governados, trata-se de uma interação política que é vista e reconhecida nacional e internacionalmente.

Segundo Araújo (2012), no Orçamento Participativo de Belo Horizonte, o cidadão tem direito a voz e voto nas assembleias constituídas. A autora acrescenta que OP/BH “alcançou considerável reconhecimento popular, das lideranças comunitárias, dos gestores públicos e até mesmo de agências internacionais”. Para Araújo (2012), o orçamento participativo viabiliza a participação do cidadão e estende a todos os direitos civis, políticos e sociais. Além disso, afirma que a PBH realizou mais de mil obras, com a mobilização da população, e com a participação de milhares de pessoas ao longo do processo deliberativo.

Em destaque, o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente possui como orientação e característica a promoção de momentos que estimulem atitudes de cidadania no âmbito escolar, pois os alunos irão escolher os bens e serviços que lhe são necessários, mediante a um recurso público disponibilizado pelo governante para essa finalidade. O OPCA concede ao aluno o direito a voz e voto, como também a composição de comissão para fiscalização do empreendimento escolhido.

Cabe ressaltar, que os OP's são arranjos institucionais que segundo Araújo (2012), dependem do desejo da administração pública para sua implementação. Portanto, para que o Orçamento Participativo exista dependerá de uma decisão governamental. E assim, a autora demonstra:

O governo é o provedor da política, dos recursos financeiros, técnicos, administrativos e, principalmente, é o detentor das informações técnicas e operacionais que influenciam as decisões. Portanto a viabilidade do OP passa pela vontade política dos governantes. Além disso, defronta-se com entraves burocráticos próprios das instituições e órgãos públicos envolvidos em sua dinâmica, sendo também influenciado pela capacidade financeira do município. Portanto o governo local é o decisor final sobre o direcionamento das escolhas. (ARAÚJO, 2012, p. 86)

Essa característica é fundamental no desenho do Orçamento Participativo que pode se apresentar como um excelente instrumento de garantia da participação popular, com ênfase na elaboração de políticas públicas eficientes. Em contraponto, pode não atender a sua finalidade precípua, sendo apenas um instrumento de gestão em atendimento aos interesses políticos de uma minoria representativa que está no governo.

Nessa perspectiva de análise sobre a implementação do OPCA, essa pesquisa avalia se os objetivos fundamentais desse instrumento são alcançados e se os recursos públicos foram

devidamente aplicados, conforme o desejo da comunidade escolar. Além disso, se no processo decisório sobre a distribuição dos recursos para os bens e serviços públicos, houve o controle dos gestores municipais.

Conforme análise dos documentos da E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira, conclui-se que na primeira oportunidade de realização do OPCA, houve um termo de adesão ao Projeto que foi assinado pela direção da escola, aonde se compromete a garantir os princípios do OPCA durante todo o desenvolvimento. Com o documento de adesão, a PBH entregou o Cronograma do OPCA 2015, com os princípios relacionados que deveriam ser cumpridos.

Após o termo de compromisso, iniciaram-se as ações que deveriam utilizar o recurso disponível de R\$20.000,00 (vinte mil reais), para o investimento, em 2016. E a partir dessa verba, houve a preparação para a implementação da proposta: elegeram-se os delegados e os representantes da Comforça Escolar, com a colaboração dos profissionais da escola, houve a coleta de sugestões (demandas) que foram selecionadas, e por último, aconteceu a votação final pelos alunos. Veja quadro representativo das demandas, conforme documento da escola:

QUADRO 02: REPRESENTAÇÃO DAS DEMANDAS DO OPCA 2015

Nº	Nome da demanda	Descrição da demanda	Valor estimado da demanda	Turma (s)	Ciclo (s)	Turno (s)
01	Sala de jogos	Jogos pedagógicos e brinquedos com Xbox, fliperama, etc.	R\$ 20.000,00	TODAS	1º, 2º e 3º	Manhã e tarde
02	Salas de aula com caixas de som	Instalação de caixas de som nas salas	R\$ 9.900,00	TODAS	1º, 2º e 3º	Manhã e tarde
03	TV, DVD e Rádio	Salas equipadas com TV, DVD e Rádio	R\$ 18.370,00	TODAS	1º, 2º e 3º	Manhã e tarde
04	Ventiladores	Salas de aula	R\$ 5.100,00	TODAS	1º, 2º e 3º	Manhã e tarde
05	Bebedouros	Área interna da escola	R\$ 6.672,00	TODAS	1º, 2º e 3º	Manhã e tarde
06	Material esportivo	Para aulas de educação física e outros eventos na escola.	R\$ 13.300,00	TODAS	1º, 2º e 3º	Manhã e tarde

FONTE: Adaptação do documento disponibilizado pela E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira realizada pela autora. Data: 14/09/15

A votação foi pelo sistema digital do OPCA, aonde cada estudante, com seu número de matrícula vota em até três demandas da escola e elegem a dupla da Comforça Escolar de seu turno, isso tudo acontece no laboratório de informática. E as demandas mais votadas serão atendidas, até o limite do recurso do OPCA.

No caso da E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira, a tomada de decisão foi referente à demanda de criar uma sala de jogos que seria para o atendimento de toda a instituição escolar. Veja quadros abaixo com a relação das ações finais da implementação do OPCA e dos nomes dos alunos eleitos da Comforça Escolar:

Quadro: 03 PROCEDIMENTOS E AÇÕES

ESCOLA	AÇÃO A SER REALIZADA	ESCOPO DA AÇÃO	DESCRIÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	STATUS DE EXECUÇÃO	R\$
Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira	Aquisição de brinquedos e jogos coletivos	A demanda mais votada foi a criação na escola de uma sala de jogos para utilização de todos os alunos.	A sala de Jogos será composta de: Fliperama Multijogos, Simulador de corrida, Máquina de Dança, Air Disco – Aero Hockey, e Guitar Hero, além de jogos de tabuleiro e TV.	Estamos em fase de compra de equipamentos.	R\$ 20.000,00

Fonte: Adaptação ao documento disponibilizado pela E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira realizada pela autora. Ano: 2015

Quadro: 04 NOMES DOS ELEITOS

E. M. ACADÊMICO VIVALDI MOREIRA	TITULAR	SUPLENTE
COMFORÇA ESCOLAR	PABLO HENRIQUE BORGES SILVA	MATHEUS MESSIAS OLIVEIRA
MANHÃ	MARIA EDUARDA DOS SANTOS ARAÚJO	KAMILA DE SENS MACIEL
COMFORÇA ESCOLAR	GABRIEL CHAGAS BRACARENSE	MATHEUS LUCAS DOS SANTOS
TARDE	ANA CAROLINA MARTINS AMORIM	DELZINEIA ANA SORIANO COSTA

Fonte: Adaptação ao documento disponibilizado pela EMAVM realizada pela autora. Ano: 2015

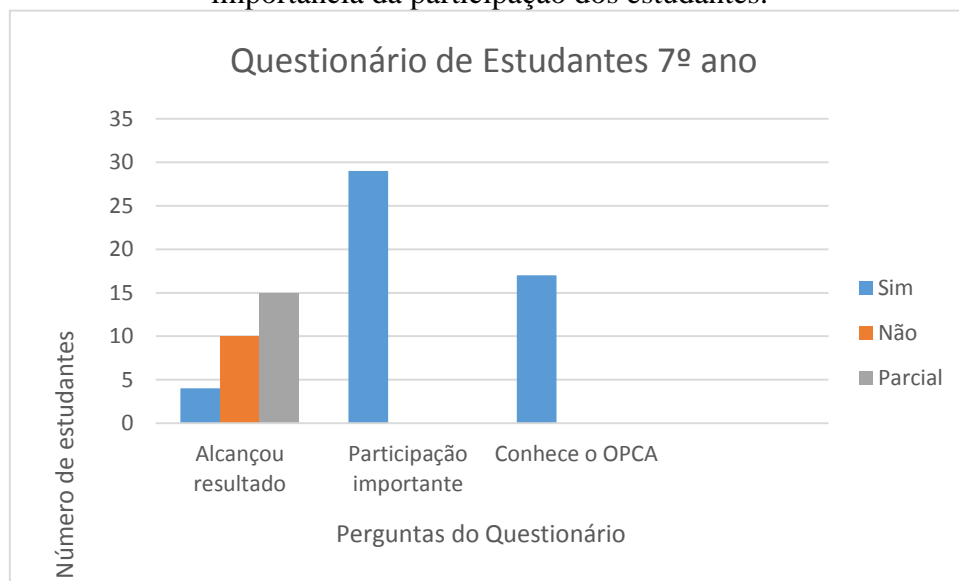
E para enriquecer essa pesquisa, e completar os dados que são necessários à conclusão final, foram distribuídos questionários por essa pesquisadora, aos 29 alunos, do 7º ano da E.M.A.V.M que participaram do processo de implementação do OPCA. O questionário foi semi-estruturado com 6 (seis) perguntas fechadas e 2 (duas) perguntas abertas que foram elaboradas para minuciar as ações realizadas no contexto escolar, dialogando sobre a prática e a teoria que aborda o programa, de forma compreensível aos alunos.

Antes de entregar os questionários aos pré-adolescentes, na faixa etária de 10 a 12 anos, foi realizada por essa pesquisadora e entrevistadora, uma explicação verbal sobre a proposta da pesquisa a respeito do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente. Um

modelo de questionário teste foi entregue no dia 02/04/2019 e os questionários que subsidiaram os dados abaixo foram entregues no dia 08/04/2019.

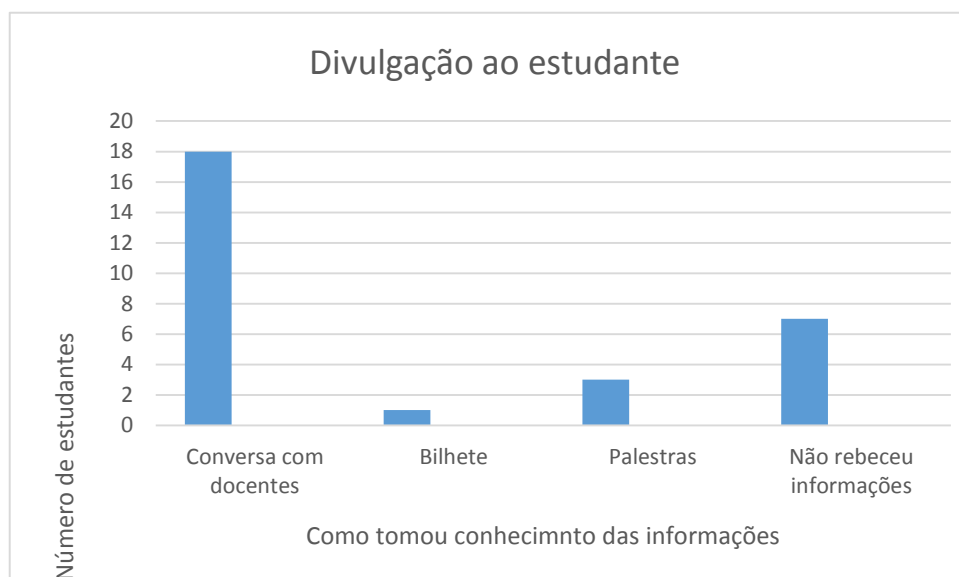
E conforme as informações prestadas nesses questionários, os gráficos e quadro abaixo representam o resultado desse processo de participação dos alunos, no modelo OPCA, da EMAVM:

Gráfico 01: Análise sobre os resultados da implementação do OPCA na EMAVM e sobre a importância da participação dos estudantes.



Fonte: Produzido pela autora

Gráfico 02: Análise sobre a divulgação do projeto do OPCA realizado na EMAVM



Fonte: Gráfico produzido pela autora

Nesse contexto de diálogo sobre a proposta desta pesquisa e em análise às respostas dos questionários no Gráfico 01: a maioria respondeu que OPCA atendeu parcialmente os resultados esperados, 51,7 % dos estudantes afirmaram e justificaram que algumas propostas não foram debatidas e que precisavam de mais tempo para pensar e dialogar, e, também necessitavam de mais recurso financeiro. Cerca de 34,5% das respostas dos alunos, não concordaram que o OPCA atendeu o resultado esperado e as justificativas pela não concordância foram as mesmas. E por fim, apenas 13,8% concordaram que o OPCA atendeu aos resultados esperados, justificando que a demanda eleita pela maioria foi realizada, então por isso, o resultado foi positivo.

Outro aspecto muito importante analisado no Gráfico 01 foi sobre a importância da participação dos estudantes nesse processo de implementação na gestão de recursos públicos e assim os alunos afirmaram com unanimidade que a participação é essencial e necessária na escola, para que as melhorias sejam eficientes e satisfatórias.

Veja a seguir a sequência de 5 tabelas que colhem as respostas do questionário final aplicado aos alunos e alunas da EMAVM, no mês de abril de 2019, transformando os dados em porcentagem dos gráficos acima apresentados e de um quadro abaixo:

TABELA 1: Porcentagem da resposta direta a questão se conhece ou não conhece as informações sobre o processo do OPCA:

SOBRE O CONHECIMENTO DO OPCA	Cálculo em porcentagem.
SIM	58,62
NÃO	41,38

Aplicados 29 questionários e foram devolvidos o total de 29.

A tabela 2: Porcentagem a resposta direta a questão “ considera importante participar do OPCA ou não:

SOBRE A IMPORTANCIA OU NÃO DE PARTICIPAR DO OPCA	Cálculo em porcentagem. %
SIM	100
NÃO	-

Aplicados 29 questionários e recebidos 29 no total

A tabela 3: Porcentagem da resposta direta a questão “ o OPCA alcançou ou não o resultado desejado”

SOBRE O RESULTADO DO OPCA: ALCANÇOU, NÃO OU PARCIAL	Cálculo em porcentagem. %
SIM, ALCANÇOU.	13,79
NÃO ALCANÇOU	34,48
ALCANÇOU PARCIALMENTE	51,73

Aplicados 29 questionários e recebidos 29 no total.

A tabela 4: Porcentagem da resposta sobre a divulgação do OPCA na instituição escolar.

SOBRE A DIVULGAÇÃO DO OPCA, COMO FICOU CONHECENDO	PORCENTAGEM %
CONVERSA COM O PROFESSOR	62,06
PALESTRA	10,34
BILHETE	3,44
NÃO SOUBERAM RESPONDER	24,13

Aplicados 29 questionários e recebidos 29.

No quadro abaixo são apresentados os serviços realizados com os recursos disponibilizados para o OPCA, as sugestões para melhoria, e ainda, como os alunos participaram na implementação do projeto:

Quadro 05: Relação das Demandas realizadas e sugeridas para a melhoria da implementação do OPCA e relação da forma de participação dos alunos no projeto.

Serviços realizados	Nº alunos	Sugestões para melhoria do OPCA	Nº alunos	Como os alunos participaram no processo do OPCA	Nº alunos
Sala de jogos	21	Mais recursos financeiros (verbas)	6	Votação	15
Reformas diversas	25	Realizar mais reformas, principalmente dos banheiros.	10	Seleção de demandas	2
Não sabem	02	Ouvir mais os alunos, mais participação e tempo para discussão.	6	Seleção de demandas e Votação	4
		Comprar mais livros.	1	Não sabem	8
		Colocar mais computadores para pesquisa.	3		
		Comprar materiais para o laboratório e reforma	3		

Fonte: Produzido pela autora.

Conforme exposto acima, a demanda vencedora em votação digital foi a Sala de jogos, e a grande parte dos alunos concordaram que essa escolha foi atendida, com 72,4% de afirmação, mas também afirmaram na maioria, que foram realizadas outras reformas, apresentando um índice de 86,2%, pois essa questão foi aberta e escreveram tudo sobre o que sabiam. Em outra questão

o primeiro processo de implementação do OPCA, na E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira, aconteceu em 2015 para 2016 e surtiu os efeitos esperados pela PBH, conforme as avaliações apresentadas. No entanto, em 2017 para 2018, foi realizado outro processo referente ao OPCA, que não seguiu os parâmetros dos anteriores, pois não houve eleições de delegados, como também não houve a eleição dos membros para a Comforça Escolar e os fóruns de discussão. A verba foi destinada às reformas da estrutura do prédio da instituição, sendo que houve apenas as escolhas do que fazer com recurso disponibilizado. Nesse processo, os alunos informaram sobre as reformas escolhidas nos questionários representados nos gráficos e quadro acima.

Como sugestões para a melhoria da implementação do OPCA na escola, os estudantes elaboraram alternativas que são comuns às sugestões da Cartilha do OPCA, publicada pela PBH. Então vejamos:

Tabela 05: Respostas da questão que solicitou sugestão para melhoria da implementação do OPCA na escola.

SUGESTÕES PARA MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO OPCA	PORCENTAGEM %
REALIZAR MAIS REFORMAS, PRINCIPALMENTE A REFORMA DOS BANHEIROS	34
QUE A PBH ENVIE MAIS RECURSOS FINANCEIROS	20,7
QUE HAJA MAIS TEMPO PARA A DISCUSSÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS	20,7
QUE COMPREM MAIS COMPUTADORES PARA A BIBLIOTECA	10,3
QUE COMPREM MAIS LIVROS	3,5
COMPRAR MATERIAIS PARA O USO DO LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS	10,3

Aplicação de 29 questionários e 29 recebidos.

Os questionários foram excelentes para realizar o levantamento a respeito do entendimento desses alunos sobre o OPCA, e mediante as respostas coletadas, percebe-se o quanto é importante o diálogo entre os envolvidos para que o resultado surta o efeito esperado. Foram apresentados dois questionários e no primeiro os alunos tiveram uma percepção diferente do segundo, pois no segundo momento, estavam mais seguros do que queriam abordar e solicitar para as próximas oportunidades.

É muito importante essa valorização da participação das pessoas na construção das políticas públicas, e é ingenuidade e prepotência de um gestor acreditar que a administração só cabe a ele, pois os melhores líderes são àqueles que representam a voz da população, mediante o som de seus anseios por uma condição de vida de qualidade, aonde seus direitos são garantidos em completude.

5 Conclusão:

A elaboração desse estudo foi motivada pelo interesse de analisar a possibilidade de melhoria na elaboração e efetivação de políticas públicas mediante a participação direta dos

cidadãos. Dessa forma, conclui-se mediante ao estudo realizado que o marco para a definição dos modelos participativos foi a promulgação da CF/88 que legitimou a partilha do poder, através da descentralização e definição das políticas públicas pela sociedade civil em colaboração com o Estado. Uma nova postura dos cidadãos defende uma contínua participação da população nos processos de gestão das políticas, assim, a destinação dos recursos públicos na execução da obra ou serviço público será definida em consonância entre governantes e governados, legitimando a democracia participativa e atendendo ao interesse público com eficiência.

O objetivo desse artigo foi discutir a experiência do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente do Município de Belo Horizonte, tendo como referência os primeiros modelos de Orçamentos Participativos instituídos no Brasil e na própria cidade de Belo Horizonte, que foram propostas de gestão que previam o empoderamento do cidadão para uma perspectiva de interação política entre governo e sociedade civil.

O OPCA foi pensado, principalmente, para ser um instrumento de incentivo à participação direta do público infanto-juvenil, com o intuito de que esse público seja atuante em seus ideais, exercendo o seu direito de participar na elaboração das futuras políticas públicas da cidade de Belo Horizonte. É importante que o sentimento de pertencimento desse contexto político seja arraigado na cultura da sociedade, e o OPCA envolve um público em formação que pode transformar o pensamento do individualismo para o cerne do coletivismo em prol de interesse comum.

E diante das respostas dos alunos da EMAVM, por unanimidade, houve a concordância de que a participação nos processos de discussão e reflexão sobre os problemas de sua escola é de extrema importância e deve acontecer no âmbito da gestão dos recursos públicos, com apresentação de sugestão para a solução desses problemas, proporcionando o bem estar e a satisfação de toda a comunidade envolvida, legitimando a democracia.

Os procedimentos utilizados para a implementação do OPCA dependem da colaboração dos profissionais, professores, coordenação pedagógica e direção escolar, por isso a necessidade do envolvimento com formação em todos os âmbitos da instituição para a abordagem dos objetivos do projeto, para que os resultados não sejam apenas no gasto do recurso público, mas sim, na dinâmica de diálogo e discussão reflexiva sobre a própria realidade, na tentativa de transformá-la com sabedoria e qualidade, em observação ao interesse coletivo.

Os ideais e objetivos do OPCA se fundam na formação da cidadania e fortalecimento

da democracia, com fins na constante busca pela eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos. E pelo que se percebe em todo o estudo realizado até o presente momento, o OPCA segue os parâmetros de todos os outros modelos de orçamentos participativos: É um instrumento de gestão de recurso público que diante do interesse político em exercício pode ser fortalecido em benefício dos interesses do cidadão, com relevância à participação popular, mas também, pode ser deturpado em sua finalidade, atendendo ao interesse político da administração vigente, só que o prejuízo nesse desvio de finalidade traz um enorme prejuízo, pois o OPCA perde o caráter educativo que é de grande importância, e a educação para a participação política não se efetiva.

Essa pesquisa alinhou o pensamento sobre a importância da participação do cidadão na decisão política que define as prioridades do sistema social, como instrumento de transformação para melhores condições e qualidade de vida. Numa perspectiva de corresponsabilidade na gestão das políticas públicas, aonde a sociedade civil se envolve nas relações político-sociais que são eminentes dos governantes, sendo assim, cria-se uma junção da democracia representativa com a participativa em benefício de um interesse comum, e a partir daí, as decisões não partem de uma fonte somente, e o poder deliberativo é dividido com os governados que devem atuar juntamente com seus governantes para o bem estar social.

Nessa seara, pode-se afirmar que a experiência do OPCA de Belo Horizonte, iniciou-se com grande sabedoria, e se desenvolveu com essa proposta de formação para a participação social na gestão de suas escolas, diante dos bons resultados publicados. Em destaque, a E. M. Acadêmico Vivaldi Moreira, fez o seu papel de viabilizar o projeto, com algumas falhas que se apresentaram nos outros também, mas com sugestões para mudanças positivas, e os próprios alunos identificaram essas falhas e propuseram ideias que podem melhorar o resultado na próxima oportunidade.

E pelo que se percebe através dos documentos apresentados pela gestão da EMAVM e das respostas dos questionários apresentadas pelos alunos, na última oportunidade de implementação do OPCA, que foi realizada depois de 2015/2016, aparecem inúmeras mudanças que não se coadunam com o objetivo central desse instrumento, que é viabilizar a participação dos alunos com discussão, reflexão e escolhas de demandas para o gasto das verbas destinadas ao OPCA, pois não houve as eleições para a composição da Comforça e nem dos delegados, como também não aconteceram os fóruns participativos.

Esse assunto pode ser tema de outra pesquisa, com aprofundamento na dinâmica pro-

cessual de resultados em outras instituições escolares, e ainda, buscar mais informações sobre essas mudanças que tanto podem prejudicar o modelo de Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente que visa justamente implementar a formação e a participação dos estudantes na gestão das políticas públicas, com o objetivo que essa cultura do exercício da participação social seja arraigada na sociedade.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.) Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p.

ARAÚJO, Regina Maria de. Orçamento Participativo: uma Experiência de Gestão e Planejamento Urbano em Belo Horizonte. Disponível na internet http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/regina_maria.pdf. Acesso em fev. 2019

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. [org.]. Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54. (Coleção Democracia Participativa).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 2006. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2009.

EDUARDO, Alexandre C.; SOUSA, Geraldo. R. Metodologia de Pesquisa em Educação. 125 p.: il. Especialização em Educação Empreendedora/NEAD/UFSJ - 2018

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Anderson Severiano. Orçamento Participativo Criança: exercendo a cidadania desde a infância/Anderson Severiano Gomes, Delma Lúcia de Mesquita, Luiz Carlos de Oliveira; Ângela Antunes (org). – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.

HENRIQUE, J. (2004). Processos Mediadores do Professor e do Aluno: Uma abordagem quali-quantitativa do pensamento do professor, da interação pedagógica e das percepções pessoais do aluno na disciplina de Educação Física. Tese de doutoramento não publicada, FMH/UTL, Lisboa <http://hdl.handle.net/10400.5/1829>. Acesso: 16 abr. 2019.

MILLON, Lara Vanessa. Participação popular nas Políticas Públicas Municipais. *Revista de Direito* vol. 13, nº 17, Ano 2010. Disponível em: pgsskroton.com.br/seer/index.php/rdire/article/viewFile/1896/1801 de LV Millon - 2015. Acesso em: Fevereiro de 2019.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA. Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente, Belo Horizonte, Brasil. Disponível em: <https://www.oidp.net/docs/repo/doc119.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Orçamento Participativo 2015/2016: metodologia e diretrizes*. 2014. Disponível em: <Disponível em: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/pb-0032-14e_op_2015_2016_folder_5x8cm_20-08_los_1.pdf >. Acesso em 15 mar. 2019. [Links]

ROSA, Renata Adriana; SANTOS, Soraya Romina. Participação popular e políticas públicas em Belo Horizonte nos governos de gestão democrático-populares. 26 de ago. 2005. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/.../Renata%20Adriana%20Rosa_SorayaRominaSantos191.pdf Acesso em fev. 2019.

RUA, Maria das Graças, (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-752.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS. *Qualitas Revista Eletrônica*, [S.l.], v. 16, n. 1, may 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 14 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v16i1.211>

Souza, Kellcia Rezende. Kerbauy, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. 2017. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44> . Acesso em: 16 abr. 2019.

ANEXO 1

AVALIAÇÃO DO OPCA 2014

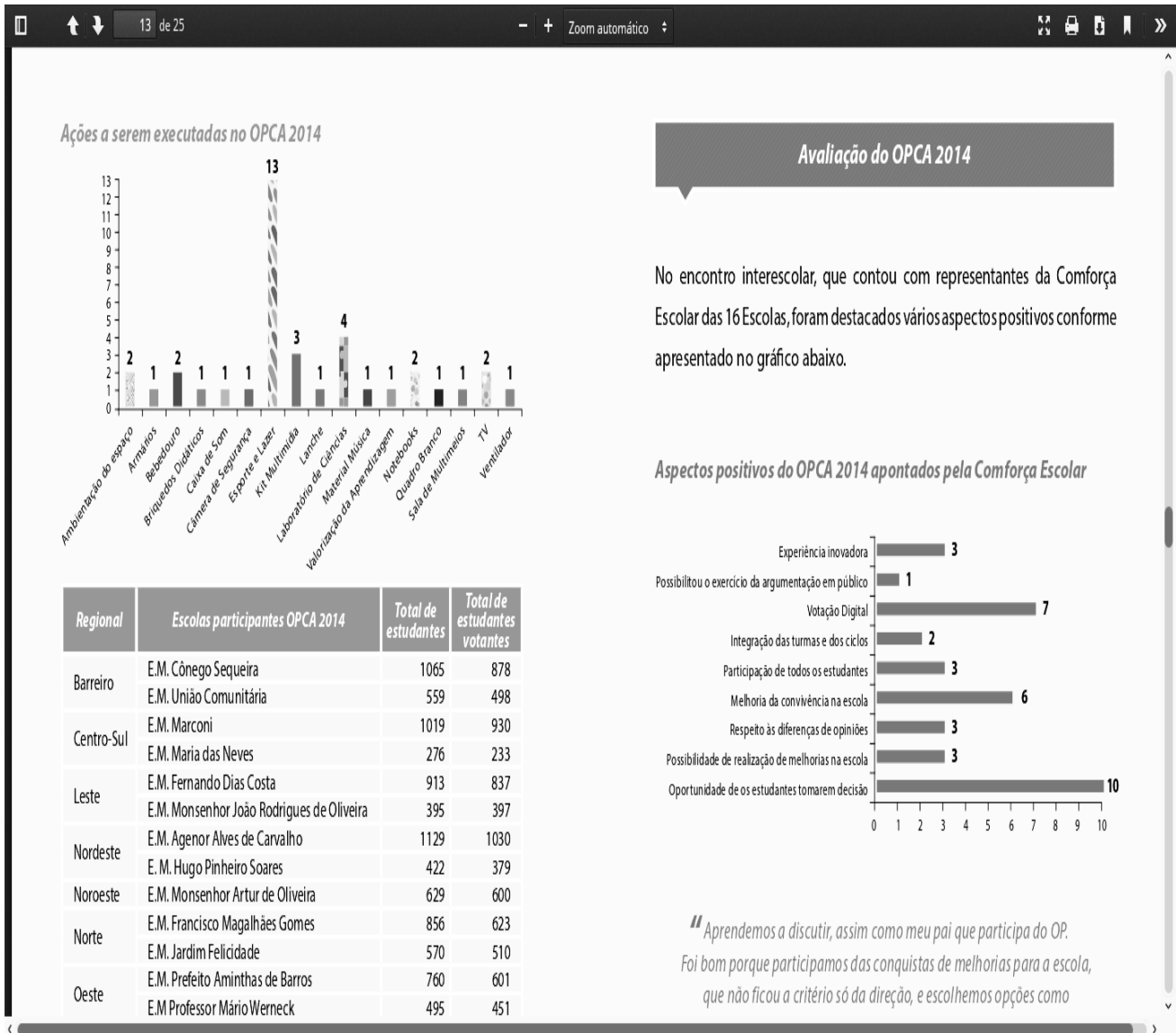


Figura retirada da Cartilha do OPCA 2016

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO REALIZADO COM 29 ALUNOS (PRÉ-ADOLESCENTES DE 10 A 12 ANOS DE IDADE) DA E.M. ACADÊMICO VIVALDI MOREIRA.

ENTREVISTADORA: FABIENE CRISTINA ALEXANDRE DE CARVALHO

TEMA - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

DATA: 08/04/2019

SEXO: () FEM. () MAS.

NOME DO ALUNO: _____

1 – Você sabe o que é Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente?

() SIM ou () NÃO. Explique:

2 – A sua escola já participou dessa proposta do Orçamento Participativo para a Criança e do Adolescente? () SIM () NÃO Quantas vezes?

3 – Como sua escola divulgou sobre essa proposta de participação dos alunos na escolha dos investimentos a serem realizados através do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente?

- (A) Conversas com os professores
- (B) Palestras
- (C) Bilhetes
- (D) Não teve informação

4 – Para você, é importante os alunos participarem das escolhas sobre obras e serviços a serem feitos na escola? () SIM () NÃO

5 – Quais foram os serviços, obras ou materiais comprados com as verbas destinadas ao Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente?

6- Como aconteceu a participação dos alunos e adolescentes na proposta do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente na sua escola?

- (A) VOTAÇÃO

- (B) ESCOLHA DOS SERVIÇOS E BENS
- (C) VOTAÇÃO E ESCOLHA DOS SERVIÇOS E BENS
- (D) NÃO PARTICIPOU

7 – Você acha que essa proposta de Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente conseguiu atender as necessidades e os desejos dos alunos, com relação aos bens e serviços comprados? () SIM () NÃO

8 – O que você sugere para que a implementação do OPCA seja melhor ainda, na próxima oportunidade?
